

Parte III - Trabalhadores em movimento: ações coletivas e horizontes de ressignificação

Novo padrão de relações de trabalho e de ação sindical no setor de telecomunicações no Brasil e na Paraíba

Roberto Vêras de Oliveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, RV., org. Novo padrão de relações de trabalho e de ação sindical no setor de telecomunicações no Brasil e na Paraíba. In: *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 154-279. ISBN 978-85-7879-331-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE III

Trabalhadores em Movimento:
Ações Coletivas e Horizontes de Resignificação

Novo padrão de relações de trabalho e de ação sindical no setor de telecomunicações no Brasil e na Paraíba⁸²

Roberto Vêras de Oliveira

Introdução

O presente texto tem o propósito de sugerir algumas reflexões sobre o novo contexto das relações de trabalho e da ação sindical no setor de telecomunicações, com um foco no caso da Paraíba. Resultou, por um lado, de um diálogo com a bibliografia mais diretamente referida ao tema e, por outro, de elementos suscitados, por meio de observação participante e pesquisa documental, nos processos de preparação e de realização do I Congresso Estadual dos Trabalhadores em Telecomunicações da Paraíba – I CONETTEL, ocorridos entre agosto e novembro de 2008, sob a coordenação do Sindicato de Trabalhadores em Telecomunicações da Paraíba – SINTTEL/PB.

O I CONETTEL, quanto ao propósito deste estudo, constituiu-se em um momento muito oportuno. Na sua trajetória histórica, o SINTTEL/PB acompanhou e se posicionou, por quatro décadas, a respeito das mudanças que vêm ocorrendo nas telecomunicações nos planos nacional e local, principalmente quanto às suas implicações para os trabalhadores do setor. O Congresso realizou-se no ano em que foram completados 10 anos de privatização do Sistema Telebrás (Embratel e as Teles, incluindo Telpa na Paraíba). Na ocasião das privatizações, o SINTTEL/PB, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicação - FITTEL e a Central Única dos Trabalhadores - CUT posicionaram-se frontalmente contra, por entender que seus resultados seriam desastrosos para a sociedade e para os trabalhadores do setor. Mas as privatizações se impuseram e o sindicalismo desde então vem sendo desafiado a adaptar-se aos novos tempos. No momento atual, a Agência

82 Artigo originalmente publicado, com título homônimo, na Revista Política & Sociedade, V. 10, N. 18, abril de 2011.

Nacional de Telecomunicações - ANATEL, ao anunciar mudanças no Plano Geral de Outorga para o setor, abre caminho para novas fusões, possibilitando uma nova reordenação do setor.

Nesta pesquisa, tomamos como principal estratégia metodológica o acompanhamento, na condição de observador participante, do processo de realização do I CONETTEL, buscando apreender a partir dele o novo contexto das relações de trabalho e da ação sindical no setor de telecomunicações, particularmente na Paraíba. O I CONETTEL, em se configurando como um momento especial de reflexão sobre os desafios da prática sindical histórica e atual do SINTTEL/PB, ao se colocar como objetivo principal atualizar o seu projeto sindical, tendo em conta a nova realidade das relações de trabalho no setor de telecomunicações na Paraíba e no Brasil, tornou-se uma situação oportuna a um estudo sociológico sobre o tema em questão.

Segundo dados disponibilizados pelo SINTTEL/PB, há cerca de 850 trabalhadores na ativa, distribuídos por 11 empresas. Há, ainda, cerca de 400 trabalhadores aposentados (ex-trabalhadores da Embratel e da Telpa), totalizando mais de 1,2 mil trabalhadores na base social do Sindicato. O processo de preparação para o I CONETTEL incluiu a realização de reuniões em 15 locais de trabalho, situados em João Pessoa, Campina Grande e Patos, as principais cidades do Estado, envolvendo mais diretamente 183 trabalhadores, de 9 empresas, incluindo as maiores. Nessas reuniões, além da discussão sobre a pauta do Congresso, foram escolhidos os delegados de base para dele participarem. O número de delegados inscritos totalizou 67. De modo a apreender o máximo de evidências e informações possíveis desse processo, além da observação direta, aplicamos um questionário junto aos 183 participantes das reuniões preparatórias e um outro, com questões complementares, junto aos 67 congressistas (neste caso, tivemos 50 respondentes, totalizando 75% dos delegados). A pauta do Congresso esteve centrada em um balanço das privatizações no setor e suas implicações para a ação sindical. Uma reflexão produzida a partir do acompanhamento desse processo, complementada com pesquisa documental e em diálogo com a bibliografia pertinente constituem a base do que apresentamos seguir.

As questões que orientam a presente reflexão são, sobretudo: que alterações foram produzidas pela reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro e paraibano, particularmente quanto ao padrão de relações de trabalho? Que implicações, na forma de novas limitações, desafios e campos de possibilidades, tais alterações vêm trazendo para a ação sindical? O texto tem início com uma ligeira reconstituição das principais transformações pelas quais vem passando nas últimas décadas as relações de trabalho no setor de

telecomunicações nos âmbitos internacional e nacional. Busca, na seqüência, identificar os traços mais característicos do contexto atual da ação sindical no setor de telecomunicações. Segue reconstituindo aspectos históricos e dilemas atuais da atuação do SINTTEL/PB. Conclui com algumas considerações.

As privatizações das telecomunicações e a nova realidade do trabalho

Processos que vêm se estabelecendo mundialmente nos últimos 30 anos, têm repercutido diretamente no setor de telecomunicações, levando-o a uma ampla reestruturação. Destacam-se: a Terceira Revolução Técnico-Científica, a Globalização, as tendências de privatização e de flexibilização econômicas. A Terceira Revolução Técnico-Científica ou Revolução Informacional, desencadeada a partir dos anos 1970, tem como um de seus principais pilares a informática, as tecnologias multimídia, as comunicações via satélite, a centralidade da informação e do conhecimento. Fala-se cada vez mais na *Sociedade da Informação* (CASTELLS, 1999). A Globalização, a partir de uma conjunção de fatores (tecnológicos, econômicos, políticos, culturais), pressupõe uma nova ordem mundial. Alguns processos se destacam: a constituição de um mercado financeiro global; o incremento e a liberalização do comércio internacional; a adoção de sistemas globais de produção; a transnacionalização das grandes empresas; a crescente mobilidade do capital; a perda de poder de regulação dos mercados por parte dos Estados Nacionais; a disseminação de certos padrões monetários, lingüísticos, culturais, o desenvolvimento de formas de comunicação em tempo real etc. (CASTELLS, 1999; SANTOS, 2005). A tendência privatizante tem a ver com o acirramento da competitividade na economia mundial, com o significativo aumento do peso das grandes corporações (tendo em conta os processos de fusões e aquisições do último período e a transnacionalização dessas empresas), com a perda de poder de regulação dos mercados pelos Estados Nacionais, fatores que associados à disseminação da ideologia neoliberal produziram uma onda mundial de privatizações de empresas estatais e serviços públicos⁸³.

A tendência de *flexibilização* da produção (quanto às suas bases tecnológica e organizacional) e do trabalho associam-se aos processos anteriores para conformar um novo paradigma produtivo (HARVEY, 1992). No que se refere

83 Para uma discussão sobre suas implicações no Brasil, ver, por exemplo: Oliveira (1999) e Biondi (1999 e 2000).

ao trabalho, a *flexibilização* atua: quanto ao emprego e ao grau de facilidade de demissões e contratações (*numérica* ou *externa*); no uso do trabalho no processo de produção (*funcional* ou *interna*), gerando o fenômeno da multifuncionalidade; na jornada de trabalho (por exemplo, por meio da introdução do banco de horas); quanto à forma de remuneração, visando torná-la mais variável, conforme a produtividade (*salarial*) (TOLEDO, 1998).

Os processos de *flexibilização* do trabalho em geral têm contribuído para: reforçar a subalternidade do trabalhador frente ao capital e precarizar as condições de trabalho. O setor de telecomunicações, sob os impactos desses processos, sofreu uma ampla *reestruturação*⁸⁴. O padrão anterior era baseado no monopólio estatal (como nos casos britânico, alemão e brasileiro) ou privado (como no caso dos EUA). Os sistemas de comunicação, estruturados em bases nacionais, operavam sob a proteção do Estado. Havia, em geral, um único regime de emprego.

Quanto à atividade fim, encontrava-se centrada basicamente nos serviços de transmissão de voz. O padrão atual resultou da quebra dos monopólios nacionais, da privatização das empresas estatais, da liberalização dos mercados, da diversificação dos serviços (passando a serviços de transmissão de dados: voz, imagens, gráficos, programas, jogos etc.; incorporando serviços de Internet, serviços multimídia, de comunicação móvel), de fusões e novas composições corporativas, da internacionalização do setor e da introdução de novas tecnologias (informatização, digitalização, telefonia móvel, cartões telefônicos internacionais, sistemas de satélites globais⁸⁵).

O processo de reestruturação foi desencadeado nos EUA, com a quebra do monopólio privado do *Bell System*, em 1984. Resultou de pressões de diversos setores da economia americana, que tinham em comum o interesse em baixar os preços dos serviços de telecomunicações, tais como: operadoras (lideradas pela MCI), a indústria de computadores (liderada pela IBM),

84 Para uma abordagem sobre tais processos, entre outros, ver (em sua maioria, com ênfase no caso brasileiro e em suas implicações para as relações de trabalho): Coutinho et al (1995); Laranjeira (1998); Dantas (1998); Albuquerque *et al* (1999); Novaes (2000); Porto *et al* (2000); Almeida (2001); Althaus (2002); Garcia (2004); Kengi (2005); Prochnik (2008).

85 A imbricação do setor de telecomunicações com as indústrias de telefonia fixa, de telefonia celular, de TV a cabo, de computador e com os serviços de informação, de publicação e de entretenimento colocou o setor sob patamares de investimento muito mais elevados, implicando em maior concentração e competitividade.

usuários corporativos, empresas do setor financeiro etc. A reestruturação do setor tornou-se um fenômeno mundial. Particularmente, nos países periféricos e semiperiféricos (com sistemas de telecomunicações constituídos na forma de monopólios estatais), resultou da pressão externa por uma maior liberalização e desregulamentação de suas economias, dentro de uma lógica de inserção subalterna à globalização, implicando em privatização e desnacionalização do setor. Como tendência geral, o novo modelo implicou em rebaixamento do custo da força de trabalho e em demissões (em países do centro e da periferia).

Esse conjunto de mudanças impactou sobre o perfil técnico-profissional dos trabalhadores e quanto às relações e condições de trabalho. Sobretudo, com a diversificação dos serviços, diversificaram-se as funções e profissões, as faixas salariais e as condições de trabalho, as formas de emprego e de trabalho (com a disseminação do emprego temporário e da subcontratação). Com a crescente heterogeneização e competição entre os trabalhadores, aprofundou-se a tendência a um comportamento de tipo mais individualista.

Quanto ao Brasil, até 1965 os serviços de telecomunicações encontravam-se sob o controle de empresas privadas, com destaque para a Companhia Telefônica Brasileira (Canadense), que sozinha dominava dois terços do mercado. O Estado passou a ter uma participação mais efetiva no setor a partir da instituição do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962, que introduziu o controle governamental sobre os serviços de telecomunicações; da criação da Embratel, em 1965, empresa estatal que assumiu o papel de gestora, na forma de monopólio, dos serviços no setor, particularmente àqueles referentes aos âmbitos interestaduais e internacionais e aos serviços especiais, como comunicação de dados; com a criação do Ministério das Comunicações, em 1967; com a criação, em 1972, da *holding* estatal Telebrás (composta por companhias estaduais encarregadas dos serviços nos Estados), para compor, com a Embratel e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPqD, o Sistema Brasileiro de Telecomunicações, financiado com recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações.

O contexto dos anos 1980, entretanto, afetou tal arranjo. Parte dos recursos do FNT foi desviado para cobrir outras despesas governamentais, o que o levou à extinção em 1986. A política de controle de preços das tarifas públicas, diante de uma inflação crescente, produziu uma defasagem tarifária cada vez maior no setor. O Estado, com isso, perdeu capacidade de investimento, em um momento de ampla reestruturação mundial do setor. Com o quadro inaugurado a partir da opção do país, nos anos 1990, por uma inserção subalterna à globalização (FIORI, 1997), as privatizações se colocaram na ordem do dia (BIONDI, 1999; 2000). O Sistema Telebrás tornou-se um

dos seus principais alvos. Como medidas preparatórias para as privatizações das telecomunicações, em meados dos anos 1990 têm início as terceirizações. Inicialmente, envolveu os serviços de apoio. Em seguida, atingiu as atividades fins (projeto, instalação e manutenção de redes). Mas, o marco desencadeador das privatizações foi a aprovação da Emenda Constitucional n° 8, que eliminou o monopólio estatal das telecomunicações. Na seqüência, a Lei n° 9.295/96 regulamentou a licitação de concessões de telefonia celular da Banda B. Em 1997, a Lei Geral de Telecomunicações, ao mesmo tempo em que determinou a cisão do capital da Telebrás, formulou as diretrizes para o seu processo de privatização e estabeleceu a nova base regulatória para o setor, criando a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Distribuiu as concessões por regiões e vedou a aquisição, por um mesmo acionista, do controle de empresas atuantes em regiões distintas (tal restrição podendo ser eliminada pela ANATEL após cinco anos⁸⁶). A ANATEL deveria funcionar como uma autarquia ligada ao Ministério das Comunicações, mas com garantia de autonomia decisória e orçamentária e estabilidade para seus dirigentes. A preparação das privatizações contou ainda com uma elevação significativa das tarifas locais por parte das empresas estaduais, a partir de 1996.

Em 1998 o Sistema Telebrás (com suas 27 empresas e o CPqD) foi privatizado. Por meio da aprovação de um Plano Geral de Outorgas - PGO para as telecomunicações, foram estabelecidos os parâmetros para a concorrência entre empresas do setor. Para a privatização, as empresas estaduais foram divididas em duas partes, uma para operar a telefonia fixa e a outra, a telefonia celular. A Telebrás foi subdividida em 12 novas sociedades anônimas, sendo 3 de telefonia fixa local (Tele Norte Leste, Tele Centro Sul e Telesp), 1 de telefonia de longa distância (Embratel) e 8 de telefonia celular – Banda A (Telesp Celular, Telemig Celular, Tele Celular Sul, Tele Centro Oeste Celular, Tele Norte Celular, Tele Nordeste Celular, Tele Sudeste Celular e Tele Leste Celular).

Em paralelo, foram concedidas licenças para novas operadoras privadas explorarem os serviços de telefonia fixa e móvel. Quanto à telefonia fixa, as empresas concessionárias constituíram-se de consórcios – com exceção da Telemar – liderados por operadoras estrangeiras. A distribuição das concessões ficou assim: Tele Norte-Leste – Telemar; Centro Sul – Brasil Telecom; Telesp (São Paulo) e parte do Norte – Telefônica. ligações de longa distância

86 Esta restrição caiu com o novo PGO, instituído em 2008, possibilitando a compra da Brasil Telecom pela OI.

Embratel/ WorldCom. Essas empresas passaram a operar como serviço público, estando obrigadas a cumprir metas de universalização, de continuidade e de qualidade, impostas pela ANATEL. Além dessas, também passaram a atuar no mercado de telefonia fixa, a partir de 1999, as empresas *competidoras* (ou “empresas-espelho”), operando com tarifas liberadas, sem poder contar com mercados cativos.

As empresas de telefonia celular foram agrupadas em 8 áreas, todas operando na chamada *Banda A*. A introdução da competição, nesse setor, deu-se, em 1997, por meio do leilão de licenças para operar o serviço em outra faixa de rádio-frequência, conhecida como Banda B. A partir de 2001, esse setor é reagrupado em três áreas de concessões (as mesmas definidas para a telefonia fixa), quando são introduzidas as Bandas C, D e E. Tal rearranjo levou a fusões e aquisições e culminou com a autorização para todas as empresas poderem atuar em todas as regiões. A partir de 2003, o número de celulares tornou-se maior que o de telefones fixo em serviço (majoritariamente pré-pagos).

Com a privatização, o sistema se expandiu (elevando significativamente o número de linhas em serviço na telefonia fixa e celular) e a digitalização avançou amplamente. Mas, o novo modelo fundamentou-se na privatização e na flexibilização das relações de trabalho, com forte pressão para redução de custos. O ato da privatização gerou polêmica, inclusive com veiculação pela mídia de que teria havido favorecimentos. A forte redução de pessoal e a terceirização geraram muita insatisfação dos consumidores com a prestação de serviços, como revela o volume de queixas ao Procom, principalmente entre os anos de 1999 e 2000⁸⁷. A insatisfação do público também relacionou-se às sucessivas majorações de tarifas acima da inflação. A ANATEL não atuou nesses casos.

No novo arranjo, as *concessionárias* focam em atividades de *marketing*, financiamento e investimentos, destinando às empresas subcontratadas as atividades operacionais, sob controle de metas de desempenho. Com o crescente deslocamento das atividades de transmissão de voz para a transmissão de dados e com a recomposição das relações entre as empresas *concessionárias* e *competitivas*, o setor passa a se estruturar dividindo-se entre *operadoras* (Oi, Claro, Vivo⁸⁸, TIM) e *prestadoras de serviços*. As primeiras atuam na telefonia fixa e móvel, local, de longa distância e internacional, internet banda larga,

87 As reclamações referiam-se, principalmente, a cobranças indevidas, a problemas com a tarifação dos serviços, a problemas de atendimento e a interrupções de serviços.

88 A Vivo é um consórcio de operadoras.

telemarketing e TV a cabo. As segundas, por sua vez, são contratadas como terceiras por aquelas, vindo a cumprir diversos papéis (de atividades periféricas e de apoio a atividades-fins). Com o novo PGO, assinado em novembro de 2008 pelo Governo Lula, mudam as regras do jogo, tornando-se mais competitivas⁸⁹.

Os impactos da quebra do monopólio estatal, da privatização e da reestruturação do setor no país sobre as relações e condições de trabalho foram significativas. Sobretudo, resultaram em: demissões e/ou aposentadorias incentivadas; disseminação da subcontratação/terceirização nas empresas do setor; dispersão dos trabalhadores por várias empresas; racionalização do trabalho.

Quanto às demissões e/ou aposentarias incentivadas, ocorreu especialmente com o objetivo de substituir os trabalhadores mais antigos e experientes (com salários maiores) por mais jovens (com salários rebaixados). No início (1999), houve aumento do número de trabalhadores no setor, em seu conjunto, com a criação de novas empresas (em novas áreas, como a telefonia móvel) e porque o sistema foi expandido (visando cumprir as metas da ANATEL). Ou seja, diminuiu o número de trabalhadores das *concessionárias* ao mesmo tempo em que foram contratados trabalhadores (com perfil diferenciado) pelas novas empresas, em geral na forma de terceirizações. A partir de então se estabeleceu uma dinâmica de forte rotatividade no setor. Os trabalhadores, agora mais

89 Segundo o jornal *Correio Brasiliense*, de 03/11/2008: “O ministro das Comunicações, Hélio Costa, informou nesta quinta-feira (20/11) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou hoje decreto que institui o novo Plano Geral de Outorgas (PGO). As novas regras da telefonia fixa, que constarão do decreto que será publicado amanhã, tornam legal a compra da Brasil Telecom (BrT) pela Oi, anunciada em abril deste ano. A partir de amanhã as duas empresas poderão dar entrada na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com o pedido de aprovação do negócio. ‘O PGO é o primeiro passo para modernizar o setor de telecomunicações’, disse Hélio Costa, em entrevista à imprensa, após audiência com o presidente. O Palácio do Planalto manteve o texto sugerido pela Anatel, com algumas pequenas modificações do Ministério das Comunicações, que incluiu no artigo 6º dispositivo determinando que em qualquer fusão deve ser observado o princípio de maior benefício do usuário e ao interesse social e econômico do País. Segundo Costa. Esse dispositivo tem o objetivo de proteger o consumidor e com ele as operadoras se comprometem a apresentar propostas que atendam a programas sociais do setor de telecomunicações. ‘O que nós procuramos foi deixar claro que o consumidor tem que ser lembrado como mais importante objeto a ser beneficiado, num momento de uma fusão como essa’, disse o ministro”.

jovens, têm menor experiência, mas maior qualificação, recebem salários em média menores e são menos afeitos à cultura sindical.

Sobre a disseminação da subcontratação/terceirização nas empresas do setor, efetivou-se por meio da contratação de um grande número de empresas de pequeno e médio portes (incluindo trabalho informal). A subcontratação passou das atividades de apoio (manutenção das estruturas internas das empresas) para as atividades de instalação e manutenção das redes externas e para as atividades-fim, como gestão da rede interna (requerendo conhecimento tecnológico). Mas, com o tempo, se alterou o perfil das empresas terceirizadas: tornando-se em menor quantidade, mais especializadas e com atuação nacional e internacional. Os contratos de terceirização são por tempo determinado e, mesmo com a mudança de perfil das subcontratadas, configuram uma relação de subordinação da empresa terceirizada em relação à empresa-mãe.

A dispersão dos trabalhadores por várias empresas estabeleceu-se sob vários regimes de contratação, com níveis salariais diversos, concorrendo para a heterogeneização e fragmentação dos trabalhadores. A racionalização do trabalho baseou-se no enxugamento do quadro de empregados, na utilização indiscriminada da terceirização e do recurso da multifuncionalidade, com mudanças no perfil sócio-ocupacional, intensificação e aumento da jornada de trabalho, compressão da remuneração e aumento da insegurança em geral para os trabalhadores.

Desafios para a ação sindical no setor de telecomunicações

As mudanças pelas quais vem passando o mundo do trabalho têm como um dos seus principais componentes a crise do sindicalismo. O crescimento do desemprego, uma crescente pressão pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, um forte ataque aos direitos sociais e trabalhistas conquistados na fase anterior e uma postura empresarial e governamental de confronto com a ação sindical estão na base desse quadro de crise (ANTUNES, 1999). O sindicalismo vê-se pressionado de diversas maneiras: sua base social encolheu (com o desassalariamento); a unidade dos trabalhadores se tornou mais difícil de ser construída e mantida (com a heterogeneização e fragmentação das relações de trabalho e com o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores); o número de sindicalizados caiu (com o desemprego e o trabalho precário e com o medo de perder o emprego); a arrecadação diminuiu (comprometendo o poder de ação do sindicalismo); a organização sindical se assentou sobretudo em bases nacionais

e locais, enquanto a economia se tornou cada vez mais de dimensão global (WATERMANN, 2005).

Mas o sindicalismo tem esboçado certas reações: ocorrem fusões de sindicatos; diversificam-se as agendas sindicais (introduzindo novos temas, como questões de gênero, questões ambientais, cidadania, educação e qualificação profissional, saúde do trabalhador etc.); buscam-se ações em âmbito internacional (por setor, por região, na forma de campanhas, de organização de comissões e/ou organismos etc.); buscam-se novas formas de financiamento; desenvolvem-se estratégias de envolvimento e sindicalização de trabalhadores terceirizados, com vínculos precários e até desempregados; entre outras medidas. O desafio é quanto aos caminhos da reestruturação sindical.

O setor de telecomunicações desenvolveu-se de maneira espetacular ao longo do Século XX, ganhando importância estratégica e concentrando importantes segmentos de trabalhadores. Sob tal base, o sindicalismo ganhou um destaque cada vez maior. Mas, com a reestruturação do setor, sob as marcas da globalização e das políticas neoliberais, com a quebra dos monopólios nacionais, privatizações, diversificação de serviços e introdução de novas tecnologias e novas formas organizacionais, as condições para a ação e organização sindical mudaram radicalmente. Embora as conseqüências de tal reestruturação variem de país para país, alguns aspectos têm tido uma repercussão geral⁹⁰. Por exemplo: demissões de trabalhadores sindicalizados; incorporação de novas empresas ao setor sem tradição sindical e, muitas vezes, com uma postura antisindical; expansão do setor para áreas/regiões de baixa sindicalização; tendência à descentralização e fragmentação das negociações coletivas (com a quebra dos monopólios, a diversificação de atividades, a incorporação de pequenas e médias empresas, a subcontratação); crescente diferenciação entre os trabalhadores do setor (heterogeneização), com diferenciações salariais e de condições de trabalho, diversificação de funções/profissões e de vínculos de emprego; queda da receita dos sindicatos. Diante de tal situação, têm havido diversos esforços no sentido de articular uma reação sindical, quanto: às estratégias de negociação (visando influenciar na reestruturação das empresas); à relação com os consumidores, por meio de campanhas junto à mídia; à ação internacional (exemplo: EUA, Canadá e México); à organização sindicatos (com fusões, por exemplo); à organização dos trabalhadores terceirizados.

No caso do Brasil, no período imediatamente anterior à privatização, os sindicatos de telecomunicações tinham papel importante: representavam

90 Ver, por exemplo, Laranjeira (2003 e 2007), Araújo (2002), Cavalcante (2006).

um segmento, embora não muito numeroso, estratégico e estável e as negociações coletivas tendiam à centralização, propiciando condições semelhantes para diferentes segmentos de trabalhadores. Os sindicatos negociavam apenas com duas empresas: a subsidiária local da Telebrás e a operadora de longa distância, a Embratel. Muitas vezes, as negociações entre as gerências e os sindicatos eram finalizadas com intervenção de membros do Congresso ou do Ministério das Comunicações. Até 1985, os sindicatos dos telefônicos de todo o Brasil, com exceção do SINTETEL de São Paulo, eram filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações - FENATTEL, a entidade nacional da estrutura oficial. A renovação do sindicalismo brasileiro, trazida com o surgimento do “novo sindicalismo”, entre fins da década de 1970 e começo dos anos 1980, quando surgiu a CUT, também atingiu este setor, com as oposições sindicais ganhando as eleições em vários sindicatos por todo o país. Em 1985, após tentativas mal sucedidas de democratização da FENATTEL, 6 Sindicatos identificados com a CUT (MG, BA, RJ, RS, PE e DF) formaram o “Bloco Independente”, que, nesse mesmo ano, dirigiu a primeira luta nacional unificada dos trabalhadores em telecomunicação, negociando em separado com o governo e a Telebrás. Sob tal base, em 1986, foi criada FITTEL⁹¹ e no seu I Congresso Nacional, em 1987, foi aprovada a filiação à CUT.

A FITTEL é uma entidade nacional, orgânica à CUT e está integrada ao ramo da Comunicação e Informação, constituído por trabalhadores em empresas de telecomunicações, operadores de mesas telefônicas e em pesquisa, ciência e tecnologia. Conta com 20 sindicatos filiados, representando formalmente mais de 80 mil trabalhadores na base. Suas principais instâncias são: o Congresso Nacional – CONTTEL, realizado trienalmente, onde se define o plano de lutas e se elege a direção (os delegados são eleitos nos sindicatos de base); a Plenária Nacional, realizada anualmente, que define a estratégia da campanha salarial, sendo formada pela Executiva da FITTEL e por delegados eleitos proporcionalmente nas assembléias dos sindicatos de base; o Conselho Diretor, composto por 09 membros da Executiva (responsáveis por secretarias) e 01 representante de cada sindicato filiado, indicado pela diretoria.

A privatização do Sistema Telebrás implicou em uma total redefinição do cenário de atuação da FITTEL. Para além de um contexto mais geral marcadamente adverso à prática sindical⁹², a quebra do monopólio estatal das

91 Ver www.fittel.org.br e www.cut.org.br.

92 Para uma discussão panorâmica sobre tal contexto, ver Vêras de Oliveira (2011).

telecomunicações redundou na ruptura de um padrão de relações de trabalho e de negociação sindical próximo do padrão *fordista*: salários relativamente altos, incorporação de benefícios, estabilidade, elevado nível de sindicalização, negociações articuladas nacional e localmente. A privatização e a reestruturação do setor, com a diversificação das empresas e a heterogeneização, fragmentação, terceirização e precarização das relações de trabalho, trouxeram impactos decisivos para o sindicalismo. De imediato caiu significativamente o número de empregados nas *concessionárias* (onde se encontrava a massa de filiados dos sindicatos), ao mesmo tempo em que, onde cresceram as contratações, nas operadoras de telefonia celular, terceirizadas, *call centers* etc., grassa um clima mais adverso à ação sindical. Ao mesmo tempo os sindicatos tiveram que passar a negociar com inúmeras empresas representando diferentes segmentos – concessionárias, telefonia celular, *call centers*, fornecedores de equipamentos e várias empresas sub-contratadas. Antes, as negociações ocorriam de forma centralizada e em âmbito nacional. Desdobravam-se, de forma articulada, em negociações com as unidades de cada estado. A FITTEL conduzia a ação unificada dos sindicatos filiados. A descentralização da negociação fragilizou a organização e a atuação sindical. Passaram a ocorrer negociações diferenciadas em cada empresa, abrangendo regiões representadas por mais de um sindicato⁹³, onde se praticam diferentes políticas e formas de gestão do trabalho. A descentralização das negociações, além de enfraquecer a ação dos sindicatos, tem levado a diferenciação de resultados. Alie-se a isso a estratégia adotada pelo governo no processo das privatizações, visando neutralizar a reação sindical, de um lado, incluindo a oferta de ações preferenciais à disposição dos empregados e ex-empregados aposentados e, de outro, atacando a reação sindical em franca oposição às privatizações e ao governo. Outras condições adversas decorreram da ausência de preparação adequada dos sindicatos para lidar com a nova situação, sendo desafiado a atuar sob uma dinâmica cada vez

93 Quanto aos trabalhadores das empresas de telemarketing, por exemplo, esses podem se filiar a sindicatos de comerciários. No caso dos trabalhadores de manutenção de cabos, em certas situações, podem se filiar ao sindicato da construção civil. Com a criação de um sindicato nacional de trabalhadores em TV a cabo e por assinatura, os Sintteis desencadearam uma luta jurídica de modo a garantir sua capacidade de representação do referido segmento. No governo Lula, com a mediação do MTE, foi realizada uma conversa entre os sindicatos implicados, da qual saiu a resolução de que caberá ao novo sindicato de trabalhadores em TV a cabo e por assinatura o direito de representar tais segmentos.

mais marcada pela competitividade, globalização, diversificação de atividades, heterogeneização e precarização das relações de trabalho. As empresas, por sua vez, atuam muitas vezes com uma estratégia de isolamento dos segmentos mais atuantes⁹⁴.

As dificuldades de reação do sindicalismo têm levado à imposição de perdas aos trabalhadores: caíram o adicional de produtividade, o anuênio e as gratificações de férias acima do patamar de um terço da remuneração; o reajuste salarial deixou de ser regido pelos índices de inflação, sendo substituído por abonos; caiu o valor da hora-extra; foi introduzido o “banco de horas”; foi instituída a Participação nos Resultados como instrumento de remuneração variável (negociações quase sempre sem participação dos sindicatos); há cada vez mais restrições para a liberação de dirigentes sindicais para a atuação sindical.

Em síntese, o novo contexto da ação sindical no setor tem sido marcado por aspectos como: queda nos índices de sindicalização e nos volumes de arrecadação; tendência de pulverização das negociações coletivas; imposição de perdas de direitos aos trabalhadores e de restrições à ação sindical; dificuldade de recrutamento de trabalhadores dispersos em várias empresas e/ou subcontratados; incorporação de setores e empresas sem tradição de organização sindical e muitas vezes com posturas hostis à ação sindical; dificuldades dos sindicatos em superarem velhos problemas (como a ausência de organização no local de trabalho) e em adaptarem-se à nova situação (desenvolvendo novas estratégias de ação e de organização); enfraquecimento da organização nacional do segmento (a FITTEL).

Face a essas mudanças, os sindicatos foram desafiados a mudar de atitude, seja no sentido de assumir uma posição mais pragmática baseada na negociação, seja no sentido de ampliar o escopo de representação, considerando o setor como cadeia produtiva, voltando-se para as empresas sub-contratadas cujos empregados não eram representados anteriormente. Diante desse cenário, a FITTEL tem buscado fortalecer a aliança do movimento sindical com setores, como o Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, que visam a manutenção de direitos, a defesa do emprego, o fortalecimento dos mecanismos de controle social, de regulação estatal e a efetiva implementação do Conselho Nacional de Comunicação, previsto pela Constituição,

94 As empresas muitas vezes optam por não negociarem com os sindicatos filiados à FITTEL.

com o fim de democratizar e universalizar o acesso a esse direito⁹⁵. No plano interno, voltou-se para a construção de uma organização sindical por ramo de atividade. A partir de 1995, iniciou-se entre a FITTEL e a FENADADOS (setor de processamento de dados), também ligada à CUT, uma discussão sobre a organização do ramo da Telemática, posteriormente referendado pela CUT. Em 1997, foi criada a CNTTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações e Informática e definido um processo de unificação das federações e sindicatos, que não se consumou. Poucos avanços ocorreram, além de algumas ações conjuntas e do compartilhamento de uma sede nacional. Posteriormente, a FITTEL participou de discussões organizadas pela CUT visando a construção do ramo da Comunicação e Informação, apoiando-se em deliberações congressuais que indicavam a necessidade de fazer convergir as ações dos trabalhadores dos correios, das indústrias gráficas, dos jornalistas, dos radialistas, além dos trabalhadores do setor de informática. Paralelamente, com o surgimento de novos segmentos no setor (como o de *telemarketing*, serviços de teleatendimento, tele vendas, telecobrança, telepesquisa, entre outros), vêm sendo criados Sindicatos de Trabalhadores de Telemarketing, entre os quais, o de São Paulo. Em síntese, alguns sinais de reação do sindicalismo brasileiro do setor de telecomunicações podem ser assim indicados: discussões entre as entidades sindicais do ramo da Comunicação e Informação, com o fim de criar a federação do ramo da Telemática (que não prosperou); começo de articulação internacional⁹⁶; realização de um acordo coletivo nacional, em 2004, entre 23 Sindicatos com uma das maiores operadoras de celular do País, envolvendo os 19 Estados cobertos pela operadora – algo que não ocorria no setor, desde a privatização.

Para situar o contexto atual de atuação do SINTTEL/PB

O SINTTEL/PB foi oficialmente reconhecido em 20 de abril de 1965, pelo Ministério do Trabalho. Até então existia a Associação dos Trabalhadores

95 O Conselho Nacional de Comunicação foi criado em 1988, pela Constituição Federal, com o fim de analisar as renovações de concessões públicas e estabelecer orientações gerais sobre a comunicação no Brasil. Entretanto, só foi instalado em 2002. A última reunião ocorreu em 2006.

96 A exemplo da reunião de funcionários de filiais mundiais da Telefônica, a partir da qual constituiu-se o Grupo Ibero-Americano de Trabalhadores da Telefônica, que desde então se reúne uma vez ao ano.

em Empresas Telefônicas do Estado da Paraíba. Em 06 de março de 1974 a entidade passa a representar a categoria de forma unificada e, em consequência disso, adquire a denominação de Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas do Estado da Paraíba. Em 1986, um grupo de oposição sindical identificado com a CUT e com a FITTEL (que havia sido criada em 1985) conquista a diretoria do Sindicato. A partir de então se estabelece uma ruptura com o seu passado *assistencialista*, ao definir-se a partir de então por uma perspectiva de sindicato *classista* e de *luta* em defesa dos direitos da categoria. Em 1987, o SINTTEL/PB participa do 1º CONTTEL, organizado pela FITTEL. Em 1989, filia-se à CUT e participa da luta contra a quebra do monopólio estatal das telecomunicações. O SINTTEL/PB, embora de base relativamente pequena (cerca de 1,2 mil trabalhadores da Embratel e da Telpa), se comparada com outros sindicatos paraibanos⁹⁷, mas com um elevado índice de sindicalização (em torno de 80%), nesse período tornou-se um dos principais pilares da estruturação do projeto de construção da CUT no Estado. Mas, com as privatizações da Embratel e da Telpa, as condições de atuação sindical forma alteradas radicalmente.

Atualmente, o SINTTEL-PB, abrange os trabalhadores em empresas de telecomunicações, telefonia móvel, centros de atendimento, *call centers*, transmissão de dados e correio eletrônico, serviços troncalizados de comunicação, rádio chamadas, *telemarketing*, projetos, construção, instalação, e operação de equipamentos e meios físicos de transmissão de sinal, similares e operadores de mesas telefônicas no Estado da Paraíba. Sem contar mais com a movimentada agenda de lutas dos anos 1980, quando da reorganização, em geral, da prática sindical no país, e dos anos 1990, quando da resistência nacional às privatizações do setor, o Sindicato tem tendido a adequar-se a uma rotina interna onde os diretores se revezam realizando homologações e outros procedimentos com auxílio dos funcionários, que fazem o atendimento aos trabalhadores. Os dirigentes do sindicato, assim como os sócios, são incentivados a participar de cursos de capacitação, negociações e outras atividades relacionadas ao desenvolvimento sócio-cultural e profissional, na Paraíba e em outros estados. Sob

97 Na virada da década, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba tinha na sua base cerca de 32 mil trabalhadores; o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado do Estado da Paraíba, aproximadamente 18 mil trabalhadores; o Sindicato dos Comerciários da Paraíba, 12 mil; o Sindicato dos Rodoviários, 10 mil; o Sindicato dos Bancários da Paraíba, 5 mil (VÉRAS DE OLIVEIRA, 1994).

muitas dificuldades são conduzidos processos de negociações com as novas empresas *operadoras* e *prestadoras de serviços*. Atualmente, o Sindicato conta com pouco mais de 1,2 trabalhadores na base, sendo que cerca de 400 deles são aposentados. Desses, 600 são sócios, sendo que 300 da ativa e 300 aposentados. Se o índice de sindicalização se mantém em torno de 50%, entre os trabalhadores da ativa, encontra-se no patamar dos 37%. Embora alto para os padrões brasileiros, representa uma queda importante em relação aos níveis do cenário pré-privatizações.

O 1º CONETTEL ocorreu num contexto muito oportuno, quando dez anos após a privatização do Sistema Telebrás, o SINTTEL coloca em pauta a necessidade de fazer um balanço dos seus impactos para os trabalhadores e para o próprio sindicalismo. O SINTTEL/PB tem, atualmente, na base trabalhadores ativos e aposentados. Os trabalhadores ativos estão situados em empresas *operadoras* e *prestadoras de serviços* atuantes na Paraíba. O Quadro 1 indica a distribuição dos trabalhadores da ativa por empresa e inclui os aposentados. Os dados são estimativas do Sindicato, considerando que o grau de rotatividade impede a obtenção de informações precisas. Não estão incluídas algumas empresas (normalmente bem pequenas) que, embora atuantes na Paraíba, o Sindicato não tem conseguido envolver nos processos de negociação coletiva, em geral porque se trata de terceirizadas, cujos contratos são temporários (de modo que ora entram ora saem do mercado).

Quadro 1 - Distribuição dos trabalhadores por empresa no setor Telefônico na Paraíba

Empresa	Número Trabalhadores
OI (operadora de telefonia móvel e fixa)	85
EMBRATEL/CLARO (telefonia fixa e de longa distância)	30
TIM (operadora de telefonia móvel)	60
CLARO (operadora de telefonia móvel)	35
EGS (prestadora de serviço para a OI)	60
ALCATEL (multinacional prestadora para TIM)	11
ICATEL (prestadora de serviço para OI; só para manutenção de orelhões)	17
ARM (prestadora de serviço para a OI; cearense; para plantas externas)	470
LOGCTEL (prestadora de serviço para a OI; engenharia e projetos)	05
SIT (prestadora de serviços para a OI; paraibana; constituída por ex-funcionários da OI; seus contratos estão sendo transferidos para ALCATEL e EGS)	62
CONTAX/OI (empresa de call center)	15

Total de Trabalhadores da Ativa	850
Aposentados (da Embratel e Telpa)	400
Total	1250

Fonte: SINTTEL/PB

Note-se que uma única empresa concentra mais da metade dos trabalhadores. Não à toa, trata-se de uma *prestadora de serviço*. E, mais: a ARM é uma *prestadora de serviço* exclusiva da OI. A dimensão do fenômeno da terceirização fica ainda mais evidente quando somamos os trabalhadores diretamente contratados pelas *operadoras* (OI, Claro, TIM), resultando em algo em torno de 25% do total. Ou seja, 75% são terceirizados.

O processo de preparação para o I CONETTEL incluiu a realização de reuniões em 15 locais de trabalho, situados em João Pessoa, Campina Grande e Patos. A seguir o número de trabalhadores que participaram das referidas reuniões, por local de trabalho.

Quadro 2 - Distribuição dos participantes por empresas

Empresa/Local	Número de Participantes
EGS João Pessoa	28
ARM Campina Grande	28
TIM João Pessoa	20
Aposentados	20
ARM Patos	18
ARM João Pessoa	13
CLARO	13
ICATEL	10
EGS Patos	09
CLARO Campina Grande	06
EMBRATEL	06
EGS Campina Grande	05
ALCATEL	03
TIM Campina Grande	03
CONTAX	01
Total	183

Quanto ao perfil profissional desses, conforme resposta dada por eles próprios ao questionário aplicado, predominaram: *auxiliares* (técnico, de laboratório, de rede, de técnico operacional, de almoxarifado, de instalação,

administrativo), *técnicos em telecomunicações* (júnior, pleno e sênior), *cabistas*, *consultores* (para grandes clientes), *instaladores* (denominados OSC), *vendedores*, *gerentes* (de contas, de canal, de negócio, de lojas), *atendentes*, *lançadores*, *consultor de vendas*. Em menor proporção, estiveram presentes também: *assistentes* (técnico, de operação, administrativo), *técnicos operacionais*, *almoxarifes*, *engenheiros*, *técnicos administrativos*, *analistas de logística*, *supervisor de cabo*, *supervisor operacional*. Outros aspectos do perfil dos participantes das reuniões preparatórias ganharam destaque. Quanto ao sexo: 136 (74,3%) homens e 47 (25,7%) mulheres, evidenciando uma forte predominância masculina. No que se refere à faixa-etária: 28 (18,7%) com até 25 anos de idade, 71 (47,3%) com 26 a 35 anos, 30 (20,0%) com 36 a 45 anos, 17 (11,3%) com 46 a 55 anos e 4 (2,7%) acima de 56 anos (neste caso, não estão incluídos os 20 aposentados), denunciando o perfil jovem dos atuais trabalhadores do setor. A respeito do grau de escolaridade, o perfil dos participantes das reuniões preparatórias ao Congresso confirma um traço marcante da atual realidade da categoria, a elevada escolarização: 22 (12,6%) com até Ensino Fundamental Completo; 86 (49,1%) com até Ensino Médio Completo; 69 (39,3%) com o Ensino Superior Completo.

Quando perguntados sobre o tempo de trabalho na empresa, a esmagadora maioria revelou ter até 4 anos, realçando outro traço característico do novo perfil da categoria: 49 (31,6%) disseram ter até 01 ano de trabalho na atual empresa; 70 (45,2%), de 2 a 4 anos; 24 (15,5%), de 5 a 7 anos; 7 (4,5%), de 8 a 10 anos; 5 (3,2%), acima de 10 anos (neste caso, não foram incluídos os aposentados). O perfil dos participantes espelha em alguma medida o perfil da categoria atualmente: composição profissional muito diversificada; em geral jovens; com alto grau de escolaridade; majoritariamente homens, sobretudo nas atividades de operação e manutenção, e uma presença maior de mulheres nas atividades de atendimento ao cliente e vendas. Outro traço que fica muito bem evidenciado se refere ao pouco tempo de trabalho na atual empresa, indicando alto nível de rotatividade no emprego.

Se a composição dos participantes das reuniões preparatórias, realizadas nos locais de trabalho, espelhou mais proximamente o atual perfil da categoria dos trabalhadores do ramo das telecomunicações na Paraíba, o mesmo não aconteceu com a composição dos congressistas. O reflexo da imagem histórica do SINTTEL/PB junto aos antigos militantes, aliado à atual dificuldade do Sindicato em envolver, tanto quanto o fazia antes das privatizações, os novos trabalhadores do setor, repercutiu nessa composição. Grosso modo, o I CONETTEL contou com 67 delegados. Dentre esses, 50 responderam

ao questionário por nós aplicado, distribuindo-se da seguinte maneira: 21 aposentados e 29 trabalhadores da ativa, respectivamente 42% e 58% dos respondentes. Dentre os 29 da ativa, 15 (52%) afirmaram ter acima de 15 anos de tempo de trabalho no atual emprego (os quais, ao se manterem no emprego com as privações, tendo portanto vivenciado o período anterior, são a ponte entre esse e o momento atual, mantendo-se muitas vezes com algum vínculo com o Sindicato); 6 (21%), entre 7 e 15 anos e 8 (27%), 7 anos ou menos (estes últimos, especialmente, ingressantes no setor em um momento totalmente já reformado, não tem a memória do período anterior e, quase sempre, se mantêm distantes do Sindicato).

Às perguntas aos participantes das reuniões preparatórias e do Congresso, sobre “*quais os principais problemas do local de trabalho?*”, em geral as respostas foram muito contundentes, indicando uma diversidade de sinais de precarização do trabalho, embora alguns tenham restringido-se a afirmar que “não há problemas”. Subentende-se que isso tenha ocorrido por medo, por estarem empregados com o primeiro emprego ou por não acreditarem na eficácia da ação sindical. Os problemas apresentados foram de diversas ordens. 1. Relacionados com o ambiente físico: presença de ruídos; pouca iluminação; ambiente apertado, excesso de pessoas, desconforto; falta de ambiente para reunião; móveis velhos e inadequados (ergonomicamente); sujeira; falta de banheiros; falta de água para beber; estrutura do escritório inadequada; falta de ventilação e refrigeração; carros sem ar condicionado; ausência de refeitório e locais de descanso e de lazer; falta de estacionamento para funcionários. 2. Referidos a equipamentos e instrumentos de trabalho: insuficiência ou má condição dos equipamentos (instrumentos, acesso à internet, softwares, disponibilidade de veículos e de telefone etc.); material de expediente escasso, situações de roubo no ambiente de trabalho, recaindo sobre o trabalhador o ônus. Problemas que se colocam no campo das relações de trabalho: insatisfação com o supervisor/gerente (postura autoritária e/ou falta de preparação); ausência ou estrutura inadequada de um setor de RH; práticas de assédio moral. 3. Relacionados com cargo/função e remuneração: insatisfação com o salário; desigualdades internas; política de rebaixamento; disparidades com outras regiões; diárias e ticket alimentação muito baixos; falta de perspectiva de crescimento (plano de cargo, carreira e salário); falta de mecanismos de incentivo e valorização dos trabalhadores; falta de clareza no contra-cheque quanto aos descontos; falta de reconhecimento profissional (desvalorização do trabalhador); o banco de horas muitas vezes não é respeitado pela empresa, impondo-se um banco de horas informal (que, na prática, significa trabalhar

mais e ganhar menos); falta de oportunidades de qualificação; dificuldade de estudar sob tais condições de trabalho; o estabelecimento de metas altas (inatingíveis) impede o trabalhador de receber comissões; diferenças de salário e benefícios entre contratados e subcontratados (em vários graus: terceirização, quarterização etc.). 4. Que se relacionam com o exercício do trabalho: há sobrecarga de trabalho (falta trabalhadores) e multifuncionalidade (responsabilidade com mais de uma função, por exemplo: técnico e motorista), provocando intensificação e extensão da jornada (muitas vezes sem pagamento de hora-extra); desvio de função (quando se é convocado para executar tarefas que não correspondem àquelas para as quais foi contratado); trabalho insalubre e periculosidade; ausência de CIPA e uso inadequado ou falta de EPIs (segurança no trabalho); falta de proteção contra violência, incluindo risco de assaltos (principalmente em estações); trabalho sob forte pressão - cobrança (causando estresse); exposição ao sol e intempéries; má distribuição das escalas de plantão e das folgas semanais (gerando muita hora extra); incidência de LER e outras doenças no trabalho (pouco reconhecidas como tal); más condições de hospedagem.

Os participantes das reuniões preparatórias e do I CONETTEL também foram indagados sobre os desafios atuais da ação sindical, levando em consideração o quadro de mudanças pela qual vem passando o setor de telecomunicações no mundo, no Brasil e no âmbito local. Alguns manifestaram um certo ceticismo, do tipo: “o Sindicato nada resolve” ou “Só age por interesse de seus diretores”. Mas, em geral, as opiniões foram propositivas. As respostas foram assim sistematizadas e classificadas. Quanto à natureza da ação sindical: fiscalizar mais presentemente o modo como as empresas estão agindo com seus trabalhadores. Quanto a isso, atuar mais em conjunto com o Ministério do Trabalho; acompanhar de forma mais sistemática o cumprimento dos acordos de trabalho e das normas trabalhistas, como o pagamento ou não de horas extras, condições de trabalho insalubres etc.; fiscalizar as bases de contratação das empresas terceirizadas; encarar de frente as empresas do setor, exigindo melhores condições de trabalho; pressionar as empresas para atender as reivindicações dos trabalhadores; ouvir mais os trabalhadores de base; é preciso mais ação; é preciso ser mais atuante com relação aos problemas dos aposentados; mediar a relação entre os trabalhadores e a empresa; realização de diagnóstico sobre a realidade do local de trabalho; mais atenção aos problemas relacionados às condições de trabalho, inclusive questões mais específicas do local de trabalho; atuar esclarecendo sobre as doenças desenvolvidas no ambiente de trabalho; ser mais incisivo e firme nas negociações. Quanto ao

tipo de atividade a ser desenvolvida pelos representantes sindicais, destacaram-se: dar mais suporte informativo aos trabalhadores quanto aos assuntos trabalhistas; ampliar a pauta de reivindicações; apoiar e incentivar a ginástica laboral; presença mais constante junto aos trabalhadores; elaborar cartilhas com informações sobre os direitos e benefícios dos trabalhadores; promover o conhecimento técnico relacionado ao trabalho/profissão (por exemplo por meio do apoio para realização de cursos); realizar cursos e palestras sobre os direitos dos trabalhadores (formação sindical); realizar campanhas que promovam incentivos a saúde; promover a satisfação dos trabalhadores e, com isso, incentivar a uma maior produtividade por parte destes; realizar reuniões com os trabalhadores de base, da capital e do interior; realizar atividades de lazer entre os trabalhadores, com o fim de aproximá-los do Sindicato e entre si; buscar colher denúncias com os trabalhadores (discretamente); utilizar-se do e-mail como forma de comunicação rápida e direta com os trabalhadores; realizar uma greve urgente.

Sobre o que se deve esperar dos trabalhadores de base com vistas à ação sindical: é preciso maior envolvimento e participação de todos; disposição de oferecer denúncias ao Sindicato; dar mais credibilidade ao SINTTEL/PB. Apesar de um quadro bem mais adverso do que antes para a ação sindical e dos desafios que se apresentam, há diversas sinalizações de possibilidades, seja com vistas à ação local, seja com vistas a ações mais amplas.

Considerações finais

Diante do novo cenário inaugurado com as privatizações no Sistema Telebrás, o sindicalismo do setor de telecomunicações, em geral, e o SINTTEL/PB, em particular, encontra-se assim diante de diversos dilemas fundamentais, os quais marcaram a dinâmica de discussões e os impasses do I CONETTEL. Entre esses:

- Vê-se pressionado a atualizar seu projeto e suas estratégias (objetivo maior do Congresso), sob pena de perder o contato com a nova realidade das relações de trabalho que caracterizam o setor e de inviabilizar sua continuidade; mas, para isso, terá que contar com um forte enraizamento junto aos novos segmentos de trabalhadores, o que tem se mostrado extremamente difícil, em vista do caráter adverso do contexto atual; resulta daí uma prática sindical conduzida pelos militantes remanescentes do período anterior, mas com pouca capacidade efetiva de representação da categoria, sob as condições atuais.

- Diante da irreversibilidade das sub-contratações, de um lado, sob o ímpeto da luta contra as privatizações e as terceirizações, assumiu uma postura de estranhamento (com reciprocidade) em relação aos trabalhadores terceirizados. Na seqüência, se viu cada vez mais tensionado entre, de um lado, atuar no sentido da eliminação dessa situação, preservando com isso uma coerência histórica, de recusa da privatização e de suas conseqüências precarizantes para os trabalhadores; e, de outro, admitindo que essa situação é o que caracteriza a realidade da maioria esmagadora da categoria no seu novo perfil (o que implica uma reformulação – constrangedora – de um elemento estruturante do discurso anterior), buscar negociar melhores condições de trabalho para os terceirizados.
- Quanto aos processos de renovação dos quadros dirigentes do Sindicato: para os atuais dirigentes, remanescentes em geral do período anterior, há sempre um apelo a mais, por parte do núcleo de militantes históricos, entre eles aposentados e trabalhadores mais antigos, no sentido de que retardem mais um pouco sua saída, sob o risco da trajetória sindical perder continuidade, passando a adquirir uma dinâmica cada vez mais de índole corporativista e pragmática.
- Entre uma atuação mais estratégica, na perspectiva do *ramo* e da *classe*, e uma postura de tipo mais pragmática e mais focada em questões de natureza mais local, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista, das empresas, a tendência continua sendo a de concentração.

Os dilemas do SINTTEL/PB estão, em parte, referidos a um quadro de crise mundial do sindicalismo (ANTUNES, 1999). Ao mesmo tempo, configuram-se como dilemas próprios dos segmentos que sofreram as conseqüências das privatizações dos anos 1990 (OLIVEIRA, 1999). Mais em particular, o SINTTEL/PB compartilha o drama vivenciado pelo sindicalismo mundial e nacional referido ao setor de telecomunicações, ao se ver pressionado pela necessidade premente de renovar-se e adaptar-se às novas condições, ao mesmo tempo sendo capaz de reverter as adversidades impostas aos trabalhadores e ao sindicalismo, confirmando-se como alternativa de ação coletiva (ARAÚJO, 2002; GARCIA, 2004; LARANGEIRA, 1998, 2003 e 2007).

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, A.; DANTAS, M.; COSTA, M. C. Telecomunicações: um ano de sistema privado no Brasil. Congresso de ALAS. Concepción, Chile, out. 1999.

ALMEIDA, M. H. T. de. La política de la privatización de las telecomunicaciones en Brasil. *Revista de Economía Política*, Vol 21, N. 02 (82), abr/jun, 2001.

ALTHAUS JR, A. *Um balanço do processo de privatização do sistema de telefonia móvel e fixa no Brasil*. Porto Alegre: Ed Universidade, 2002.

ANATEL. Protocolo de Compromisso na Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado. Brasília: Anatel, 2000.

_____. Página Oficial. Disponível em <<http://www.anatel.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2008.

_____. A revolução do setor de telecomunicações. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso 15 mar.2004.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, S. M. P. de. A ação sindical no contexto político da privatização das telecomunicações no Brasil. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. VI, N. 119 (100), 01/08/2002.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado*: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. *O Brasil privatizado II*: o assalto das privatizações continua. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, S. Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil: a busca (fracassada) à social-democracia. Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH, UNICAMP, 2006.

COMISSÃO ESPECIAL – TELECOMUNICAÇÕES. Câmara dos Deputados, 7ª Reunião, Audiência Pública, 19/03/1997.

COUTINHO, L.; CASSIOLATO, J. E.; SILVA, A. L. G. da (Coord.). *Telecomunicações, globalização e competitividade*. Campinas: Papirus, 1995.

DANTAS, M. Telecomunicações: uma alternativa social e nacional à globalização subalterna. In: Carrion, R.; Vizontini, P. F. (org.). *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide esse jogo?* 2ª Ed. Porto Alegre: Ed Universidade/UFGRS, 1998.

FIORI, L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

GARCIA, S. R. Privatização e emprego no setor de telecomunicações: novas oportunidades ou degradação do trabalho? O caso do Rio Grande do Sul, Brasil. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. VIII, N. 170 (12), 01/08/2004.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KENGI, R. O Processo de flexibilização das relações de emprego no setor de telecomunicações do Estado de São Paulo: o caso da Empresa Telefônica. PRÊMIO IPEA-CAIXA 2005. Disponível no site http://getinternet.ipea.gov.br/ipeacaixa/monografias%20estudantes/tema%201/002_monografia.pdf. Acesso em outubro de 2008.

LARANGEIRA, S. Reestruturação no setor de telecomunicações: aspectos da realidade internacional. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo: Relações industriais, análises comparativas*. Ano 4, n. 8, p. 159-178, 1998.

_____. Reestruturação das telecomunicações e o desafio aos sindicatos: Brasil numa perspectiva internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, n. 52, p.81-106, 2003.

_____. Telecomunicações: mudanças nas mudanças: subcontratação e sindicatos. Congresso da ALAST. Montevidéu, abril de 2007.

NOVAES, Ana. Privatização do setor de telecomunicações no Brasil. *In*: Pinheiro, A. C.; Fukasaku, K. (Eds.). *Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. *In*: Oliveira, F. de e Paoli, M.C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Nedic, 1999.

PORTO, J. R. D.; CANO, N.; SILVA, A. L. G. da. Arranjo produtivo de telecomunicações de Campinas/SP. Relatório Final. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

PROCHNIK, V.; FREITAS, F.; ESTEVES, L. A. Emprego e salários na evolução recente do setor de serviços de telecomunicações brasileiro. IPEA. Brasília. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estruturadinamica/capitulo%2013_prochnik.pdf. Acesso em novembro de 2008.

SANTOS, B. *A globalização e as Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. A CUT somos nós...: a Experiência-CUT e a questão da participação no imaginário dos militantes que atuam na Paraíba. João Pessoa: Dissertação (Mestrado), UFPB, 1994.

_____. *Sindicalismo e Democracia no Brasil: Atualizações – Do Novo Sindicalismo ao Sindicato Cidadão*. São Paulo: Annablume, 2011.

TOLEDO, E. de la G. La flexibilidad del trabajo en América Latina. *Revista Latino Americana de Estudios del Trabajo*. São Paulo, n. 5, 1998.

WATERMAN, P. O internacionalismo sindical na era de Seattle. *In*: Estanque, E. et al (orgs.). *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Cortez, 2005.